**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ESCOLARIZAÇÃO INDÍGENA NO CONTEXTO URBANO DE MANAUS (2005-2023)**

Ariane Coelho dos Santos [[1]](#footnote-1)

Jonise Nunes Santos [[2]](#footnote-2)

Ana Carolina Ferreira Alves [[3]](#footnote-3)

Leliane Maria Pereira da Silva [[4]](#footnote-4)

**E-mail:** arianecastellano@gmial.com

**GT 01:** Educação, Estado e Sociedade na Amazônia

**Financiamento:** Fundação de Amparo à Pesquisa

**Resumo**: A comunicação é produto de discussões realizadas nas pesquisas do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, realizadas, respectivamente, nos períodos 2009-2011 e 2021-2023, cujo objeto de investigação destinou-se a análise das Políticas Públicas do Sistema Municipal de Educação de Manaus para escolarização indígena, iniciada em 2005. Assim, nosso trabalho tem recorte para o atendimento das demandas das Comunidades/Aldeias indígenas estruturadas no contexto urbano, onde a oferta de educação possui objetivo distinto, destinando-se ao fortalecimento da língua e da cultura de cada povo atendido, consequentemente, entende-se que a organização do formato das ações deve observar, além das especificidades e diferenças étnicas e linguísticas, o contexto social do povo nesse universo da cidade, cuja dinâmica da vida se diferencia dos espaços não-urbanos. Para tanto, metodologicamente, utilizamos, Pesquisa Documental e Bibliográfica, tendo como foco de reflexão o Espaço Nusoken I, por ter sido o contexto da pesquisa de 2021-2023, citada acima, que nos permite definir como objetivo, para este texto, refletir sobre o cumprimento dos direitos indígenas nos Espaços de Educação, à luz dos ordenamentos jurídicos, cujos direitos são possíveis ser contemplados em atividades pedagógicas em contexto urbano.

**Palavras-chave**: Povos Indígenas na cidade; Direitos Específicos à Educação; Manaus; Espaços de Educação; Cultura e Língua.

**INTRODUÇÃO**

Em 2005, a Secretaria Municipal de Educação de Manaus/ SEMED apresentou Plano com 10 (dez) Metas prioritárias, dentre as quais constava o atendimento às comunidades indígenas, que reivindicavam escola diferenciada. As comunidades se dividiam em 02 (dois) grupos: 1. comunidades/aldeias em contexto ribeirinho, onde já havia escola, porém, sem atendimento diferenciado; 2. Comunidades/aldeias em contexto urbano, cujos membros estudavam em escolas não-indígenas, porém havia povos que realizavam ações em atenção à língua e a cultura. Neste trabalho, trataremos apenas do Grupo 02.

Para responder às demandas do movimento indígena por educação diferenciada, inicialmente, foi criado na SEMED/Manaus o Núcleo de Educação Escolar Indígena para elaborar proposta de atendimento. Posteriormente, foi realizado diagnóstico das aldeias, para subsidiar a proposição, considerando as especificidades de cada comunidade. A partir dessas ações, outras comunidades se manifestaram, solicitando também o reconhecimento de seus direitos à educação específica.

Nessa ação foi identificado, ainda, que no contexto urbano, as Comunidades do Povo Tikuna e Sateré Mawé (Bairro Redenção), já desenvolviam atividades pedagógicas para fortalecimento da língua e da cultura, que se desdobravam em outras ações que fortaleciam o pertencimento étnico, a exemplo da realização do Ritual da Tucandeira, no mês de abril, na aldeia Sateré, recebendo muitas pessoas externas. O desafio desses povos era manter o professor, ter estrutura física mínima para permanecer com as ações.

A experiência dessas 02 (duas) comunidades foi considerada pertinente para ser utilizada nas outras aldeias no contexto urbano, por considerar a dinâmica dos membros da comunidade, além de responder ao objetivo de fortalecer a língua e a cultura. Essa proposta foi fortalecida ainda pela experiência identificada em São Paulo, que criou os Centros de Educação e Cultura Indígena – CECIs, que “visam valorizar e fortalecer as raízes, tradições e a autonomia do povo Guarani, bem como assegurar o direito das sociedades indígenas a uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngue” (SME/SP, 2004).

Assim, todos os espaços indígenas foram nomeados, informalmente, “Centros Culturais das Comunidades Indígenas” (SANTOS, 2011, p. 86), denominação já utilizada pelo povo Tikuna. Ressalta-se que a contratação dos professores indígenas só ocorreu em 2007 e as outras demandas não se efetivaram na gestão municipal compreendida entre 2005-2008, que não formulou políticas efetivas e diferenciadas, no que se refere ao financiamento da Educação Escolar Indígena, logo, apenas o atendimento pedagógico foi atendido, considerado a existência de um Núcleo específico com assessores pedagógicos.

Na gestão municipal seguinte (2009-2012), ocorreu a ampliação de atendimento a outras comunidades no contexto urbano, aumentando para 23 (vinte e três), o quantitativo de Centros Culturais, que permaneceram sem formalização, na estrutura da SEMED, até 2021, quando passaram a ser considerados Sala Anexa de uma Escola Indígena que ainda não existe, perdendo a autonomia para realização das atividades, conforme a dinâmica da aldeia, contradizendo a legislação específica, que assegura a definição da organização das escolas, à luz de suas realidades, como é possível identificar no Espaço de Estudo de Língua Materna e Conhecimentos Tradicionais Indígenas Nusoken I - EELCTI Nusoken I.

**METODOLOGIA**

Para o trabalho em pauta, utilizamos uma abordagem qualitativa, considerando as ações do poder público municipal frente às reivindicações do movimento indígena de Manaus por uma oferta de educação diferenciada, retomando o processo histórico para implantação da modalidade educação escolar indígena no sistema municipal de ensino de Manaus, analisando os aspectos e os elementos contraditórios desta realidade, tais como, os direitos pertinentes aos povos indígenas – políticas e ações -, e a reivindicação do movimento indígena por essa escola diferenciada e específica em relação ao posicionamento do poder público municipal de Manaus.

No que se refere ao objeto do texto, foram analisados documentos produzidos pelas organizações indígenas quanto pela SEMED/Manaus, além de referencial teórico, que discutiu sobre o tema em pauta. Esses procedimentos metodológicos sustentaram a análise.

**RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO**

O EELCTI Nusoken I localiza-se no bairro Redenção, área urbana do Município de Manaus e, conforme dados do Projeto Nova Cartografia Social na Amazônia (2008), “está dentro da Comunidade Indígena Waikiru I”, sendo este, um dos vinte e três Espaços de Estudo da Língua Materna e Conhecimentos Tradicionais Indígenas, regularizados pela Lei n° 2.781/2021/Manaus.

 III. Espaço de Estudos da Língua Materna e Conhecimentos Tradicionais Indígenas: espaço de aprendizagem bilíngue destinado a transmissão de conhecimentos tradicionais, pautando na afirmação, valorização e fortalecimento das línguas maternas e identidades culturais dos povos indígenas de Manaus, operacionalizando como sala anexa de uma escola indígena municipal, garantindo autonomia pedagógica, projeto político-pedagógico próprio e gestão democrática comunitária ao espaço bilíngue a partir de planejamento específico considerando a afirmação da identidade pluriétnica da cidade de Manaus (MANAUS, 2021, p. 1)

O EELCTI Nusoken I aponta para uma difícil caracterização, pois não se trata de uma escola, mas integra, formalmente, uma Escola Municipal Indígena

Art. 8° Os Espaços de Estudos da Língua Materna e Conhecimentos Tradicionais Indígenas são espaços educacionais vinculados às EIMs, como salas anexas e têm como função operacionalizar a educação indígena nas comunidades indígenas em contexto urbano e periurbano.

§1.º O funcionamento dos espaços de estudos da língua materna e conhecimentos tradicionais indígenas fica condicionado à existência de demandas locais e anuência dos povos interessados (MANAUS, 2021, p.2).

Contraditoriamente, a legislação garante a construção de uma escola específica e diferenciada, organizada de acordo com o público que será atendido naquela escola, que deverá contribuir para os projetos societários daquela aldeia especificamente. Logo, não cabe o formato, modelo de “Sala Anexa”, considerando que uma sala anexa não tem autonomia, formalmente, para definir sua organização, já que será regida pelo Projeto Político Pedagógico e pelo Currículo da Escola que abriga as salas.

No documentário *Nusoken nosso lugar, nossa Waikiru* (MOREPE’I, 2023), é relatado que antes de ser o “Espaço” que é hoje, a *escolinha* ficava em um barracão*,* depois tornou-se um Centro Cultural, onde, desde os primeiros anos da Comunidade Waikuru I, acontecem os eventos culturais, os Rituais da Tucandeira e as aulas para as crianças Sateré-Mawé e possuía autonomia para conduzir as atividades.

Porém, com alteração para “Espaço”, a Escola Bilingue sofreu inúmeras modificações e apesar de não ter infraestrutura nos primeiros anos, sempre representou um local de Resistência, pois ao trabalhar a Educação Indígena discutia a importância de dar continuidade à cultura e língua do Povo Sateré Mawé no meio urbano, o que é controlado atualmente.

Assim, entende-se que o compromisso do Estado deve ser coerente nas ações com os documentos legais, e é na práxis que se faz presente a essência do conhecimento, e a ciência dos povos indígenas está ligada ao exercício do ensino, uma relação de vivência direta, pois não existe promover valores e cultura sem a prática (MOREPE’I, 2023).

O Espaço Nusoken I se distancia do modelo de uma educação colonial, trabalha conhecimentos tanto do povo Sateré quanto da sociedade envolvente, construindo métodos de ensino particulares ao grupo da faixa etária de alunos indígenas que vivem na Comunidade Waikiru I, que vêm se adequando ao meio urbano, conforme afirma Santos (2012, p. 56) ao destacar que, “na cidade, os indígenas reconstroem socialmente o território de acordo com sua maneira de entender e perceber o mundo”.

Ressaltamos que EELCTI Nusoken I não se enquadra no perfil do que chamamos de uma instituição escolar concebida pelos não indígenas, uma instituição eurocêntrica, pois o Espaço, apesar ser atendido pelo poder público, tem, desde sua criação, se estabelecido em uma comunidade indígena, cuja estrutura continua caminhando com as características do povo, assim como deve ocorrer com cada povo indígena inserido nas políticas da SEMED/Manaus.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Educação escolar indígena é um direito, que os povos indígenas ainda lutam para se transformar em realidade, fruto de um processo resultante de inúmeras conversas e trocas de ideias partilhadas entre caciques, professores e movimentos indígenas, que ao longo dos anos e com muitas mudanças, ainda há impasses que nos traz uma reflexão sobre esta temática, especificamente, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Manaus – SEMED/Manaus, cuja elaboração de Políticas Públicas para Educação Escolar Indígenas tem formulado inúmeras problemáticas, tornando-se desafios para os povos indígenas atendidos com os Espaços de Conhecimentos Tradicionais, existentes no contexto urbano.

Os Espaços de Conhecimentos Tradicionais, criados na estrutura da SEMED/Manaus, é um local que foi pensado para fortalecimento da cultura e da língua de comunidades de povos indígenas que residem em Manaus, isto é, para a nova e velha geração protagonizar os saberes e conhecimentos indígenas, revigorando a prática da tradição ser de dentro para fora, somando com os povos, logo o Sistema de Educação Municipal deveria se adequar, no sentido de respeitar e considerar a vivência de ensino e aprendizagem de cada povo, permitindo a prática de uma pedagogia específica e diferencia, que incorporasse a vivência do cotidiano do Povo atendido, com suas práticas nos espaços pedagógicos, pois cada aldeia, na cidade, tem seu modo e seu momento de aprendizagem.

A Legislação nacional destinada aos povos indígenas assegura que a escolarização deve ser específica, sendo necessário considerar, prioritariamente, as diferenças culturais, sociais, a interculturalidade, o estudo bilíngue (ou multilíngue), isto é, língua portuguesa e língua indígena.

Pensar em uma educação diferenciada para os indígenas na atualidade tornou-se uma questão afrontosa para as comunidades e órgão que trata dessa questão, pois, por um lado se planeja tanto e por outro se adequa tão pouco. O que buscamos é um apoio e não uma prisão, junto as políticas que intercalam os setores da educação. Abrimos a porta de nossas aldeias para dialogar junto com as secretarias e órgão que lutam pela causa, mas sempre que damos um passo para frente, somos obrigados a dar uns três passos para trás, pois são tantas as questões que são impostas para uma adequação formal, que está um muito longe das realidades de uma sociedade indígena.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Parecer CNE N° 14/99 - CEB - Aprovado em 14.09.1999**. Brasília, 1999.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB n°.13/2012, aprovado em 10 de maio de 2012**. Brasília, 2012.

BRASIL. **Resolução CEB Nº 3, de 10 de novembro de 1999**. Brasília, 1999.

BRASIL. **Resolução Nº 5, de 22 de junho de 2012**. Brasília, 2012

BANIWA, Gersem. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos. Rio de Janeiro**: Mórula, Laced, 2019.

MANAUS. **Lei N° 2.781 de 16 de setembro de 2021**. Criação da Escola Indígena Municipal. Diário Oficial do Município de Manaus, 16 de setembro de 2021. Ano XXII, Edição 5185.

**NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA:** **indígenas na cidade de Manaus: os Sateré – Mawé no bairro Redenção**. 2007. (Folhetos)

SANTOS, Jonise Nunes. **Educação escolar indígena no município de Manaus(2005-2011)**. 2012. 129f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

**NUSOKEN NOSSO LUGAR, NOSSA WAIKIRU**. Filme de Jeane Morepe’i, abril de 2013. Projeto Olhar Indígena: oficina de cinema. Acesso em 17 de jun. 2023. Disponível em: <https://youtu.be/3JiMuXIt7hU>.

1. Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas. Assessora Pedagógica da Coordenadoria Distrital de Educação 03/SEDUC-AM. arianecastellano@gmail.com: orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6939-4763> [↑](#footnote-ref-1)
2. Docente do Curso de Licenciatura Formação de Professores Indígenas - Área Letras e Artes, da FACED, UFAM. Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Letras – Estudos Linguísticos, da Universidade Federal do Pará. jonise@ufam.edu.br [↑](#footnote-ref-2)
3. Docente do Curso de Licenciatura Formação de Professores Indígenas - Área Letras e Artes, da FACED, UFAM. Mestre e Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo - USP. carolfalves@ufam.edu.br [↑](#footnote-ref-3)
4. Professora Indígena da Secretaria Municipal de Educação/Semed - Manaus. Graduada em Turismo pela Universidade do Estado do Amazonas. lelianepereira493@gmail.com [↑](#footnote-ref-4)